

Escola promete respeitar acordo

O acordo firmado, antes do decreto de liberação das mensalidades escolares, entre os donos das escolas, a Curadoria de Justiça do Estado e a Associação de Pais e Responsáveis pelos Alunos do Estado do Rio (Apaerj) será mantido, e os colégios que ultrapassarem o índice estipulado terão que devolver a diferença, corrigida em OTN. Esta foi a promessa do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio, Paulo Sampaio, no debate com a presidente da Apaerj, Carmelena Pereira, e o presidente do Sindicato dos Professores, Gilson Puppim, no Programa Encontro com a Imprensa, da RADIO JORNAL DO BRASIL.

Para a presidente da Apaerj e do sindicato dos professores, nada garante, no entanto, que este acordo será cumprido e que serão punidas as escolas que cobram aumentos abusivos, já que, segundo eles, o órgão fiscalizador destas irregularidades, o Conselho Estadual de Educação, é composto por representantes das escolas particulares, "nos quais os pais não devem confiar", disse Carmelena Pereira. Paulo Sampaio contrargumentou afirmando que o prazo do acordo vai até 30 de junho, onde serão computados o aumento salarial dos auxiliares de administração — em março — assim como o índice de aumento dos professores em abril. "As escolas que se adiantaram, cobrando mais nestes primeiros meses, descontarão nos aumentos previstos das mensalidades", garantiu Paulo Sampaio.

Pelo acordo, a base para o aumento da primeira semestralidade é o valor da mensalidade de dezembro passado, incluindo a correção de defasagem, concedida pelo Conselho Estadual de Educação. Carmelena Pereira disse, entretanto, que o acordo começou a ser descumprido

a partir dos cálculos da mensalidade de dezembro: "Nós pedimos a lista das escolas que conseguiram esta correção de defasagem e apenas seis tinham sido aprovadas, depois apareceram mais 162, que, sem discussão, conseguiram por decorso de prazo", reclamou Carmelena Pereira.

Ela questionou também a qualidade do ensino nas escolas particulares e públicas. "Nosso ensino está tão desmoralizado que até o presidente do Sindicato das Escolas (Paulo Sampaio), mandou o filho estudar no exterior", atacou Carmelena Pereira. Paulo Sampaio disse que existem pessoas que "pregam a paz, incendiando os ânimos", mas que a intenção das escolas é respeitar as regras estabelecidas no acordo. Ele afirmou ainda que a qualidade do ensino depende da escola poder se manter e pagar ao professor um salário digno.

— Esta preocupação dos donos das escolas com o salário dos professores é até piada. Basta dizer quanto ganha uma professora com uma carga horária de quatro horas 30 minutos por dia: CZ\$ 9.800, sendo que 80% da categoria recebem este salário. Para os professores de 5ª a 8ª série e do 2º grau, o piso por aula é de CZ\$ 138,00 — disse Gilson Puppim, acrescentando que a categoria reivindica 203% de aumento, a partir de abril, data-base do acordo dos professores.

Para ele não há como negar que as escolas aumentaram abusivamente e assim como é fácil elas dizerem que vão devolver a diferença aos pais. "A impunidade sempre reinou no Brasil". Carmelena Pereira contou que centenas de denúncias já foram enviadas ao Conselho Estadual de Educação e até agora nenhuma resposta foi enviada à Apaerj. Ela acusou ainda vários donos de escolas de perseguição às crianças cujos pais ques-

tionam o aumento das mensalidades. "Isso acontece até nas escolas católicas."

Paulo Sampaio disse que o único colégio que antecipou o índice de aumento prevendo os reajustes salariais dos professores e dos auxiliares de Administração foi o Santo Inácio. Várias denúncias de abusos eram feitas no entanto pelos ouvintes do programa, como da jornalista Aida Carvalho, que tem uma filha no Colégio Impacto de Copacabana. Ela afirma que pagou a matrícula em três vezes — duas parcelas de 4 mil e uma de 2 mil cruzados, perfazendo um total de CZ\$ 10 mil. Em dezembro, segundo ela a mensalidade era de CZ\$ 4 mil 936,24, passando em janeiro para CZ\$ 5 mil 389,89 e em fevereiro para CZ\$ 5 mil 885,22. "Agora em março eu paguei CZ\$ 18 mil 140, não acha um absurdo. Qual a explicação para este aumento", reclamou a ouvinte.

"Em 1987 ficou clara a falência das escolas particulares e a necessidade de reajustar as mensalidades", argumentou Paulo Sampaio, acrescentando que cinco escolas fecharam num total de 1 mil 300 no município. O objetivo maior da Apaerj, segundo Carmelena Pereira é lutar pelo Ensino público para que os pais possam optar pela escola que deseja colocar os filhos. Para ela os órgãos federais estão "impregnados" pelos interesses das escolas particulares, citando também a pressão exercida por elas, contra o investimento de verbas nas escolas públicas. A Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino de acordo com Carmelena Pereira chegou a distribuir no ano passado uma cartilha pregando a agressão física aos constituintes que falassem em verbas para o ensino público.